



n.2
abr./jun.
2019

BOLETIM OPSA



BOLETIM OPSA

ISSN 1809-8827

O Boletim OPSA reúne análises sobre acontecimentos de destaque na conjuntura política da América do Sul e tem periodicidade trimestral. A publicação é composta por editorial e textos dirigidos a leitores que querem ter acesso rápido a informações de qualidade sobre temas contemporâneos. As fontes utilizadas para sua confecção são resumos elaborados pelos pesquisadores do OPSA com base nos jornais de maior circulação em cada um dos países e documentos de autoria de pesquisadores ou agências independentes que complementam as informações divulgadas pela imprensa.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

É permitida a reprodução deste boletim e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Corpo Editorial

Editor Executivo

Murilo Gomes da Costa

Editor Adjunto

Diogo Ives

Conselho Editorial

Maria Regina Soares de Lima
Leticia Pinheiro

Editoria de Redação

André Pimentel Ferreira Leão
Andrés Londoño Niño
Diogo Ives de Quadros
Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves
Giovana Esther Zucatto
Leandro Wolpert dos Santos
Leonardo Albarello Weber
Marianna Restum Antonio de Albuquerque
Marília Closs
Murilo Gomes da Costa
Thaís Jesinski Batista

Observatório Político Sul-Americano

opsa.com.br



IESP. UERJ

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Instituto de Estudos Sociais e Políticos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rua da Matriz, 82 - Botafogo
Rio de Janeiro – RJ
(21) 2266-8300

Sumário

EDITORIAL

**POLARIZAÇÃO POLÍTICA E FALÊNCIA INSTITUCIONAL NA
MEDIÇÃO REGIONAL..... PÁGINA 04**

ARTIGOS

**A FALÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES REGIONAIS DIANTE DA CRISE
VENEZUELANA..... PÁGINA 06**

**A “LUTA CONTRA A ADVERSIDADE”: APROVAÇÃO DOS GOVERNOS
DE DIREITA NA AMÉRICA DO SUL..... PÁGINA 13**

O FIM DO ASILO DE JULIAN ASSANGE.....PÁGINA 18

Editorial

POLARIZAÇÃO POLÍTICA E FALÊNCIA INSTITUCIONAL NA MEDIÇÃO REGIONAL

Duas afirmações têm sido recorrentes na análise dos processos de regionalização da América do Sul que, de tanto repetidas, se tornaram verdades aceitas pela comunidade de política externa. A primeira delas enfatiza a baixa institucionalização das organizações regionais, que tendem ao enfraquecimento ao longo do tempo e, muitas vezes, à extinção pura e simples. Tal tendência está relacionada a uma característica destas instituições, qual seja, sua natureza eminentemente intergovernamental, com praticamente nenhuma delegação de soberania dos Estados às instâncias supranacionais. Por esta razão, elas não têm autonomia de gestão frente aos Estados que as compõem, sendo dependentes da vontade dos mesmos para seu fortalecimento e institucionalização no tempo. A segunda, decorrente desta, é que as organizações regionais na América do Sul tendem a enfatizar mais a política do que a economia e, portanto, são mais sensíveis às mudanças nas orientações dos governos sul-americanos do que, por exemplo, a União Europeia, cuja configuração atual resultou de uma delegação original dos Estados que a criaram e da interdependência econômica resultante da formação de um mercado comum europeu.

Por este motivo, por colocar a política à frente da economia, a política externa dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), em especial durante o mandato de Lula da Silva, foi objeto da crítica constante da oposição de centro-direita, liderada pela coalizão centrada no Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). De modo resumido, a oposição criticava aquela política por romper com um certo modus operandi da política externa em que esta só se legitima internamente quando está a serviço dos interesses econômicos do país. Como o Brasil não tem excedentes de poder, rezava a crítica, deveria focar no seu papel de agente econômico, abrindo mercados a nossas exportações, contribuindo para ampliar nossas reservas e equilibrar o balanço de pagamentos, defendendo do protecionismos de nossos parceiros, e sugerindo mudanças compensatórias nas arenas multilaterais

de comércio frente às nossa desvantagens na divisão internacional do trabalho¹.

Por não se contentar apenas com a clássica diplomacia econômica e almejar se projetar em questões de política e segurança internacionais, no âmbito das arenas globais, como a negociação com a Turquia e o Irã, a respeito da questão nuclear em 2010, ou a condenação brasileira, no âmbito do Conselho de Segurança da ONU, em 2011, ao uso unilateral e desproporcional da força fora do mandato aprovado no caso da Líbia, a política dos governos PT foi interpretada pela mídia nacional como apoio ao regime iraniano e às ações do Estado Islâmico no Oriente Médio. Desconhece a última que a projeção e a inclusão são princípios basilares de nossa diplomacia desde Rio Branco e Rui Barbosa.

Também no plano regional, a política sul-americana do PT foi interpretado como ideológica e em estreita aliança com o assim denominado bloco bolivariano na América do Sul, sob o comando chavista. A criação de instituições como a UNASUL, o Conselho de Defesa Sul-americano e a CELAC, por exemplo, foi criticada por se afastar da trilha de iniciar novos acordos comerciais com países fora da região, contribuindo, deste modo, para aumentar a fragmentação regional e afastando o Brasil da trajetória do aprofundamento das cadeias de valor globais. A miopia da crítica ao regionalismo da primeira década dos anos 2000 impediu que as forças conservadoras percebessem que não se tratava de fragmentação regional, mas de um mecanismo de superação da diversidade dos modelos de inserção econômica na região, das assimetrias resultantes e das profundas diferenças de orientação ideológica dos governos de então. Na impossibilidade de se implementar um modelo hegemônico de integração comercial na América do Sul, lideranças lúcidas em países como o Brasil, Chile e Argentina propuseram a criação de organismos de natureza política, que pudessem contribuir para a cooperação entre os países, em especial na mediação e situações de crise e de impasse bilateral na região, fruto exatamente da diferença política entre eles.

Curiosamente, a crise dos regimes progressistas na América do Sul e a regressão à direita dos governos na região, já discutida no número anterior do Boletim OPSA, está, agora sim, levando à falência das instituições regionais, tema do artigo de Paulo Afonso Velasco Júnior (UERJ), em que a crise

1 Cf. "A Política à Frente da Economia", Editorial, Boletim OPSA, no. 2, abr./jun., 2014.



venezuelana se torna o principal eixo da discórdia. Claramente, ao contrário dos regimes progressistas anteriores, que faziam da inclusão dos diferentes o núcleo de sua política regional, os governos de direita e ultradireita operam com base na criação da divisão e aprofundamento da diferença, anulando as perspectivas da década passada de se criar uma ideia de região, mesmo que entre participantes de coloração ideológica diferente. O artigo seguinte, de Giovana Zucatto e Talita Tanscheit, examina o grau de aprovação destes governos pela opinião pública, e os resultados não lhes são favoráveis. Em todos os países nos quais a extrema direita foi vitoriosa nas últimas eleições, a avaliação negativa dos governos abre novas perspectivas para a análise do futuro dessa mudança de orientação. Finalmente, a reviravolta do destino do fundador do WikiLeaks, Julian Assange, com a chegada ao poder de um governo de direita no Equador, analisada por Diogo Ives, apenas confirma a tendência à interrupção do processo de democratização que a região estava experimentando desde o fim dos regimes militares e os processos de transição iniciados ao final dos anos 80.

Rio de Janeiro, Julho de 2019

Maria Regina Soares de Lima

Coordenadora OPISA

Marianna Albuquerque

Coordenadora Adjunta OPISA



A falência das instituições regionais diante da crise venezuelana

Paulo Afonso Velasco Júnior
Professor adjunto de
Política Internacional da UERJ

Introdução

Desde os anos 1980, mecanismos regionais e hemisféricos foram importantes para buscar a estabilização da região em cenários de crise e instabilidade. Para além da Organização dos Estados Americanos (OEA), são dignos de nota o Grupo de Contadora e o Grupo de Apoio a Contadora, que acabariam por fundir-se e dar origem ao Grupo do Rio em 1986. Durante vinte e cinco anos, o Grupo do Rio atuou em favor da solução pacífica de disputas e da promoção e respeito às franquias democráticas na região. Nos anos 1990, o Mercado Comum do Sul (Mercosul) também passou a assumir responsabilidades em favor da democracia, sobretudo após a tentativa de golpe de Estado no Paraguai em 1996 e a adoção do Protocolo de Ushuaia em 1998 que introduziu a cláusula democrática no bloco. Na década seguinte, houve a criação da União de Nações Sul-americanas (Unasul) pelo Tratado de Brasília de 2008, com a adoção posterior do Protocolo Adicional ao Tratado Constitutivo da Unasul sobre Compromisso com a Democracia, assinado em 2010 em Georgetown. Mesmo a Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac), criada em 2011 e tida como sucessora do Grupo do Rio, também assume responsabilidades em favor da governança sub-regional e o respeito à democracia, embora não conte com a densidade normativa e institucional do Mercosul e da Unasul.

No contexto da atual crise venezuelana, é importante reconhecer a perda de relevância das instituições hemisféricas e regionais. Organizações como OEA, Mercosul e Unasul, que deveriam ser os espaços naturais para a atuação em situações de instabilidade política de seus membros, não conseguiram assumir o protagonismo esperado, diferentemente de crises do passado em que foram muito importantes, como na Venezuela em 2002, na Bolívia em 2008, no Equador em 2010 e no Paraguai em 2012. Parece que os arranjos regionais vivem um momento de mudança

e certa paralisia e, nesse contexto, a própria Venezuela passou a condenar esses espaços, considerando-os ilegítimos e cooptados por potências como os Estados Unidos.

A profunda reorientação política da América do Sul, com a perda de espaço para governos progressistas, notadamente em países como Brasil, Argentina, Paraguai, Peru e Chile, além do avanço de desafios econômicos após a queda do preço das commodities no mercado internacional, especialmente os hidrocarbonetos, configuram importantes variáveis para explicar o crescente isolamento sub-regional sofrido pela Venezuela, tendo sido marcante a sua suspensão no Mercosul em 2017.

As instituições regionais não servem mais para o país expandir a sua posição internacional ou para legitimar suas estratégias contra-hegemônicas. A fraqueza da Unasul e da Celac, em um momento desfavorável ao regionalismo pós-liberal (MOTTA VEIGA; RIOS, 2007), diminui os espaços de atuação da política externa venezuelana. Além disso, a crise econômica do país dificulta a continuidade da “diplomacia dos povos”, identificada com o apoio financeiro e solidariedade de Caracas a projetos sociais e de desenvolvimento realizados em diferentes países da região e do mundo, reduzindo-se significativamente o “poder social” da Venezuela.

Uma arquitetura de governança regional fragmentada

A proliferação de diversos espaços institucionais pela região latino-americana traz desafios em termos de coordenação e articulação em favor da estabilidade e da mediação de crises, pois nem sempre há interesses ou visões compatíveis. Essa situação acaba proporcionando o chamado forum shopping, prática pela qual os atores estatais ou não estatais transitam por uma variedade ampla de mecanismos institucionais, privilegiando em cada caso ou situação aquele que melhor atende a seus anseios e interesses. Da mesma forma, Morse e Keohane (2014) reconhecem que há situações de contended multilateralism, em que Estados e outros atores mostram-se descontentes com as posições assumidas por determinada organização multilateral e decidem boicotá-la, apostando em alguma outra organização regional já existente (regime shifting) ou envidando esforços em favor da criação de outra instituição (competitive regime creation).

No caso venezuelano, parece evidente o fra-



casso dos esforços institucionais da região em favor da estabilização do país, seja da OEA, organização hemisférica por excelência, seja dos espaços sub-regionais como o Mercosul, a Unasul ou a Celac. No início da década passada, contudo, no dramático cenário relacionado com o golpe contra Hugo Chávez em 2002 e com a crise política e institucional que se abateu sobre o país, houve atuação fundamental de instituições multilaterais, com a OEA assumindo centralidade e protagonismo. De fato, a pronta e clara condenação do golpe, bem como a articulação entre OEA, Centro Carter e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) foram decisivos para a busca de uma solução negociada com governo e oposição, resultando na convocação do referendo revogatório de 2004 e conseguindo estabilizar o país. Nesse caso, foi possível reconhecer uma articulação e sinergia entre diferentes organizações em favor da estabilidade, tendo a OEA ocupado um papel central, conforme o que Alexander Betts (2013) chama de *reinforced institutions*, ou seja, quando a autoridade e alcance de uma organização são reforçados pela atuação subsidiária de outras. Em contraposição a essa lógica, Betts refere-se às *challenged institutions*, reconhecendo organizações que já foram dominantes, mas que passaram a sofrer a concorrência de outras instituições, conduzindo a situações de desarticulação e desencontro em termos de governança regional.

O avanço dos governos progressistas pela região no contexto da chamada “onda rosa” acabou por reforçar o avanço de novos espaços regionais, como a Unasul e a Celac, refletindo uma nova perspectiva de regionalismo, mais complexo e multidimensional do que o regionalismo aberto dos anos 1990, caracterizado como um regionalismo pós-liberal (MOTTA VEIGA; RÍOS, 2007) ou pós-hegemônico (RIGGIROZZI; TUSSIE, 2012). Tanto a Unasul, quanto a Celac estariam aptas a cumprir um papel importante em favor da estabilidade regional e da mediação de crises, pautando-se em regras e perspectivas próprias, livres da interferência e imposições do hegemon regional, servindo de alternativa à OEA. Na linguagem de Amitav Acharya (2011), poderíamos enxergar aí uma lógica de *norm subsidiarity*, ou seja, regras e normas próprias elaboradas para sustentar a autonomia de determinados atores locais ou sub-regionais diante das imposições e desmandos normativos de grandes potências.

A crise hondurenha de 2009, após a derrubada de Manuel Zelaya, acabou sendo um di-

visor de águas, tendo colocado a OEA numa posição de *challenged institution*, sobretudo porque países como o Brasil resistiam em reconhecer as eleições realizadas em novembro de 2009 e o governo do presidente eleito Porfírio Lobo.

La intención declarada del gobierno de Estados Unidos de reconocer los resultados de las elecciones presidenciales del 29 de noviembre de aquel año sin importar si Zelaya era restituido o no en el poder, a pesar de su compromiso anterior de unir fuerzas con el resto de los países de la región en no reconocer las elecciones si éste no regresaba a sus funciones, provocó el enojo de muchos países latinoamericanos, principalmente de Brasil y Venezuela. (...) desde ese entonces no ha habido una cooperación significativa entre la OEA y las organizaciones regionales como el MERCOSUR y la UNASUR con respecto a la protección de la democracia (...) (LEGLER; GARELLI-RÍOS, 2018).

A partir de então, as instabilidades ocorridas na região foram administradas pela Unasul ou pelo Mercosul, sem qualquer coordenação de esforços com a OEA, como ficou evidente nos casos do Equador em 2010 e do Paraguai em 2012. Essa nova realidade, também ajuda a explicar as dificuldades para se buscar uma solução coordenada entre as distintas organizações da região para a crise venezuelana. Mais uma vez, estamos diante de uma profunda desarticulação entre as instituições hemisféricas e regionais, com raros momentos de coincidência ou sinergia (geralmente casuais), e uma tendência a iniciativas isoladas e voluntaristas.

A polarização entre governo e oposição na Venezuela e as tentativas de diálogo

As primeiras tentativas de mediação entre o governo Maduro e a oposição foram levadas a cabo pela Unasul em 2014, com a criação de uma comissão ad hoc de chanceleres de Colômbia, Brasil e Equador, com o apoio do Vaticano, mas nenhuma articulação com a OEA. A Unasul também fez o acompanhamento das eleições legislativas de 2015 sem a participação de qualquer outra organização hemisférica ou internacional. Vale dizer que para Maduro era preferível a atuação da Unasul, ao invés da OEA (*regime shifting*), tendo em vista que ainda compartilhava certa afinidade política e ideológica com boa parte dos países membros. O secretário-geral da OEA, Luis Almagro, por sua vez, passou a conduzir dura campanha contra a Venezuela,



com pesadas críticas ao governo de Nicolás Maduro e a invocação da Carta Democrática Inter-americana para avançar com a proposta de suspensão do país.

A partir de 2016, a própria Unasul passa a ter dificuldades em criar alguma forma de mediação ou diálogo, especialmente pela guinada à direita e o fim da onda rosa, com destaque para o impeachment da presidente Dilma Rousseff no Brasil e a ascensão de Mauricio Macri na Argentina, passando a vislumbrar-se um crescente isolamento da Venezuela no seio da organização. Merece destaque, no entanto, o esforço dos ex-presidentes da Espanha, Panamá e República Dominicana (José Luis Rodríguez Zapatero, Martín Torrijos e Leonel Fernández, respectivamente) em favor da promoção do diálogo no país, tendo contado com o apoio da Unasul e do Vaticano.

Vale dizer que essas tentativas de mediação levadas a cabo a partir de 2014 não alcançaram nenhum resultado, muito especialmente por conta da polarização política que se percebe no país desde as eleições presidenciais de 2013, quando Nicolás Maduro venceu o candidato opositor Henrique Capriles por uma margem muito estreita, tendo suscitado acusações de fraude eleitoral. Além disso, por não contar com o mesmo carisma de seu antecessor, Hugo Chávez, e tendo em vista a progressiva deterioração da situação econômica no país, especialmente com a queda significativa nos preços do petróleo e a má gestão macroeconômica de seu governo, Nicolás Maduro contribuiu para agravar a polarização política no país, inclusive com o crescimento do grupo de chavistas dissidentes, prejudicando as perspectivas de diálogo entre governo e oposição. A vitória eleitoral da oposição nas eleições legislativas de 2015 acabou por gerar ademais um clima de guerra entre poderes, com o executivo e o judiciário (especialmente o Tribunal Supremo de Justiça de maioria chavista) de um lado, e o legislativo de outro.

Political polarization has facilitated the spread of a Manichean vision of politics, in which the relationship between government and opposition does not consider any mediation, but only the dominance of one party over the other. (...) As long as he lived, Chávez guaranteed a form of mediation between opposition and government. After his death, with the reduction of Maduro's consensus in the presidential election, polarization became radicalised, reaching the point of feeding an unsustainable situation of an almost civil war (ANSELM, 2017, p. 424)

Em 2016 entrou em cena também o Merco-

sul, já em uma realidade marcada por governos mais à direita, tendo impedido a Venezuela de assumir a presidência pro-tempore do bloco e aprovado a suspensão administrativa do país, em função do não cumprimento de parte das obrigações assumidas no protocolo de adesão de 2006.

O ano de 2017 é marcado por uma deterioração nas já tradicionalmente tensas relações entre governo e oposição, tendo sido marcantes para isso a decisão do TSJ que retirou as competências legislativas da Assembleia Nacional; a dura repressão a manifestações críticas ao governo, com elevado número de mortos e, por fim, a convocação de eleições para uma Assembleia Constituinte, mesmo sem prévia consulta à população.

Diante da falta de alcance das organizações regionais existentes no tratamento da crise, surge em 2017 o Grupo de Lima, composto por 14 países das Américas, inclusive o Canadá, voltado precisamente para pressionar o governo Maduro a reverter as práticas tidas como anti-democráticas, mas sem empenho claro em buscar algum tipo de mediação efetiva entre o governo e os opositores. Em paralelo, houve algumas mesas de negociação na República Dominicana, convocadas pelo presidente do país, Danilo Medina, e pelo ex-presidente espanhol José Luis Rodríguez Zapatero, com o apoio de outros países, não tendo se chegado, contudo, a nenhum acordo, inclusive com críticas da oposição à falta de imparcialidade do mediador espanhol.

O ano de 2018 também foi crítico por conta da antecipação das eleições presidenciais e pela não participação de boa parte dos nomes de oposição, tendo havido uma disputa centralizada entre Nicolás Maduro e o opositor Henri Falcón, com forte abstenção dos eleitores, cerca de 54% segundo dados oficiais, e múltiplas denúncias de fraude, apesar da presença de observadores internacionais. Já nesse momento era flagrante a paralisia da Unasul, incapaz de escolher um secretário-geral para suceder a Ernesto Samper e tendo sofrido com a retirada de seis países: Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru. Coube, então, ao Grupo de Lima comandar as pressões contra a Venezuela, com a adoção de sanções econômicas e medidas diplomáticas contra a Venezuela, em paralelo a medidas semelhantes impostas pelos Estados Unidos.

A OEA continuou profundamente dividida no tema, com países da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) e da Petrocaribe resistindo ao avanço da proposta de suspensão da Venezuela e com seu secretá-



rio-geral aprofundando a dura retórica contra o governo de Maduro, o que acabou por comprometer sua capacidade de atuar com isenção e imparcialidade em favor de uma solução negociada na crise. Para Legler e Garelli-Ríos (2018, p. 174), "el activismo de Almagro causó controversia tanto entre Venezuela y sus aliados como entre la comunidad diplomática interamericana por su emisión de cartas abiertas y mensajes críticos dirigidos a Nicolás Maduro, resultando en fuertes desacuerdos entre ambos".

A já crítica situação de 2018 viu-se agravada com a posse de Nicolás Maduro para um mandato de mais seis anos em 10 de janeiro de 2019, tendo havido a recusa de diversos países em reconhecê-lo como presidente legítimo, notadamente os países do Grupo de Lima, com exceção do México, os Estados Unidos e os membros da União Europeia. Alguns dias mais tarde, o novo presidente da Assembleia Nacional Juan Guaidó, político do partido Voluntad Popular, autoproclamou-se presidente encarregado da Venezuela tendo recebido o reconhecimento de cerca de 50 países, apesar de não ter conseguido o controle sobre qualquer instituição do Estado e não contar com o apoio da cúpula militar, ator-chave na política doméstica.

A importância dos militares na política venezuelana

Para entender a realidade atual na Venezuela, é fundamental avaliar o papel e a importância do setor militar. Ao longo do século XX, os militares estiveram no poder por cerca de meio século, tendo perdido proeminência apenas na era do punto-fijismo, entre 1958 e 1989. É de se destacar a constituição do país de 1961, que caracterizava as Forças Armadas como uma instituição apolítica. Com Chávez, houve mudança importante introduzida pela constituição de 1999, tendo sido suprimido o compromisso com o caráter apolítico das Forças Armadas, que deveriam apenas, pelo novo texto, abster-se de praticar militância política.

Desde então, é chamativo o aumento de poder e crescente participação dos militares na vida política do país. De fato, militares da ativa ou da reserva passaram a ocupar múltiplas funções na administração pública e em empresas como a PDVSA. Também passou a ser comum ver militares ocupando o executivo de cidades e províncias na condição de prefeitos ou governadores.

Com Maduro, foi necessário renegociar

a aliança com os militares, oferecendo-lhes crescente grau de autonomia em troca do seu apoio. De fato, a política de promoções passou a ser conduzida de forma bastante independente pelas Forças Armadas, tendo havido um expressivo aumento do número de oficiais-generais no país, que hoje chegam a quase dois mil, cerca de seis vezes o número de oficiais-generais no Brasil e bem superior, inclusive, ao número nos Estados Unidos. Os militares também ganharam maior autonomia na gestão dos seus negócios e empresas na Venezuela, controlando, por exemplo, a distribuição de alimentos e de remédios no país. As nomeações de militares para cargos da administração pública também cresceram significativamente com Maduro, que só no seus nove primeiros meses de governo em 2013 já tinha indicado mais de 300 militares da ativa ou da reserva para cargos diversos. Não é exagero reconhecer que os militares tornaram-se o grupo hegemônico na aliança civil-militar do governo Maduro e, por isso, são peça-chave no futuro político do país, sendo impossível imaginar qualquer transição governamental sem a inclusão de lideranças militares nas negociações.

A própria oposição a Maduro está ciente desse processo e o auto-intitulado presidente encarregado do país, Juan Guaidó, ofereceu, ainda em fevereiro, uma anistia aos militares que decidissem retirar o seu apoio a Maduro e favorecessem uma transição governamental no país. De lá para cá, um número pouco representativo de oficiais e praças optou pela mudança de lado, mantendo-se a cúpula militar ao lado de Maduro.

Maduro e Guaidó: há chance para o diálogo?

A liderança de Juan Guaidó assenta-se em um equilíbrio difícil entre as forças opositoras, que apostavam em sua juventude e carisma para afirmar-se como a principal liderança na cruzada contra Maduro e entendiam que conseguiria reunir poder suficiente para rapidamente avançar no controle do país. Vale reconhecer que a oposição venezuelana é extremamente desarticulada, dividindo-se em diversos partidos reunidos na Mesa da Unidade Democrática (MUD) na Assembleia Nacional: Voluntad Popular (VP), Primero Justicia (PJ), Acción Democrática (AD), Avanzada Progresista (AP) entre vários outros, com agendas e demandas desencontradas e que coincidem apenas no desejo de pôr fim ao governo de Nicolás Maduro.



Passados já vários meses desde que se autoproclamou presidente, Guaidó ainda conta com o respaldo de parte importante e influente da comunidade internacional, inclusive do Brasil¹, mas pouco progresso conseguiu no sentido de governar efetivamente a Venezuela. Com isso, a sua imagem vem sofrendo desgaste junto a alguns setores, agravados por iniciativas frustradas e trapalhadas políticas, como a fracassada tentativa de levar ajuda humanitária dos Estados Unidos, Brasil e Colômbia cruzando a fronteira em fevereiro e o anúncio precipitado – e não confirmado – de que contaria com o apoio do estamento militar em abril.

O Grupo de Lima endureceu o discurso em 2019, aumentando as pressões contra Maduro, a quem recomendou não tomar posse em 10 de janeiro e não o reconhece como presidente, exceção feita ao México, que já sob o novo governo progressista de Andrés Manuel López Obrador, preferiu afastar-se das posições dos demais países do Grupo. Em seguida, o México articulou-se com o Uruguai, a Bolívia e a Comunidade do Caribe (CARICOM) no lançamento do chamado Mecanismo de Montevideu em fevereiro, voltado para a promoção do diálogo entre governo e oposição e evitando qualquer intervencionismo na solução da crise. Cabe recordar que esse mecanismo acabou não tendo seguimento, sendo desqualificado por países como o Brasil e pela própria OEA, cujo secretário-geral chegou a dizer que se tratava de “falso diálogo que somente oxigena a ditadura”².

Em maio deste ano, nova tentativa de mediação foi iniciada a partir das ações de Cuba e Noruega, tendo havido encontros em Oslo com representantes de Maduro e da oposição. Cabe destacar o papel desempenhado pela Unidade de Paz e Reconciliação do Ministério de Relações Exteriores da Noruega, comandada pelo diplomata Dag Halvor Nylander, que foi peça-chave nas negociações de paz entre o governo colombiano e as FARC. De fato, a notável atuação da Unidade de Paz e Reconciliação naquele processo ajudou a criar uma relação de confiança tanto com Cuba, quanto com o próprio governo Maduro. Vale notar

1 Em junho, o presidente do Brasil Jair Bolsonaro recebeu em Brasília as credenciais da representante de Juan Guaidó, María Teresa Blandria, como embaixadora venezuelana no país.

2 Disponível em <<https://exame.abril.com.br/mundo/o-que-e-o-mecanismo-de-montevideu-que-quer-dar-fim-a-crise-na-venezuela/>>.

Acesso em 23 de junho de 2019.

que a Noruega vem se assumindo como um facilitador, mais do que propriamente um negociador, estimulando as partes a falarem ao invés de indicar o caminho a ser seguido.

É importante reconhecer que a iniciativa norueguesa conta com o respaldo do Grupo Internacional de Contato (GIC), criado por iniciativa da União Europeia e que conta com a participação de Espanha, França, Alemanha, Itália, Holanda, Portugal, Suécia, Reino Unido, Costa Rica, Uruguai, Equador e Bolívia, sendo considerado o único mecanismo do tipo com acesso a todas as partes relevantes da crise na Venezuela, já tendo se reunido com o próprio Maduro. O grupo tem reiterado ao longo dos meses seu compromisso com a busca de uma “solução política, pacífica e democrática, por meio de eleições livres e justas” para a crise e entende que os esforços iniciados em Oslo podem contribuir com esse propósito.

O próprio Juan Guaidó reconheceu a validade das ações norueguesas, embora tenha afirmado, diante das críticas de outros opositoristas, que “não é uma negociação, não é diálogo (...) É uma iniciativa a mais que estamos tocando, que simplesmente, se tivermos o fim da usurpação, um governo de transição e eleições livres, terá funcionado. Se não, seguiremos nas ruas”³.

Há poucos detalhes sobre os encontros realizados até aqui na Noruega, mas sabe-se que ainda estão em uma fase exploratória e embrionária, com os diplomatas noruegueses tendo conversado em separado com representantes do governo e da oposição. É difícil fazer qualquer prognóstico, mas certamente o caminho passará pela renúncia a posições extremas, alimentadas pela polarização radicalizada desde 2014, mas que pode ser atenuada diante da necessidade de ambas as partes colherem alguma vitória, mesmo que aquém das expectativas iniciais.

Algo semelhante deu-se no âmbito da Mesa de Negociação e Acordo lançada em 2002, e articulada entre o Centro Carter, a OEA e o PNUD, em um momento em que tanto governo quanto oposição “llegaban en situación de debilidad e incertidumbre sobre el estado de sus fuerzas políticas. Más que por convicción, ambos actores decidían sentarse en la Mesa por necesidad” (Alfaro, 2018, p. 42). Algo pa-

3 Disponível em <<https://oglobo.globo.com/mundo/venezuela-grupo-de-contato-criado-pela-uniao-europeia-apoia-negociacao-mediada-pela-noruega-23695055>>. Acesso em 23 de junho de 2019.



recido pode estar ocorrendo no país atualmente e isso ampliaria as possibilidades de êxito da iniciativa norueguesa, convergindo com o próprio chamado do secretário-geral da ONU Antonio Guterres em favor do diálogo para se evitar “uma escalada que nos levaria a um tipo de conflito que poderia ser um desastre para o povo da Venezuela e da região”⁴.

A OEA continua revelando divisões internas e desencontros entre seus membros, em pouco contribuindo para a busca de uma solução negociada para a crise venezuelana. O Uruguai, por exemplo, retirou-se da 49ª Assembleia Geral da OEA realizada em Medellín na Colômbia no final de junho, por não concordar com o nível de representação reconhecido à delegação enviada por Guaidó. Na opinião do subsecretário de Relações Exteriores do Uruguai Ariel Bergamino “la Secretaría General en los últimos años se ha extralimitado en sus funciones y ha tenido una concepción un poco laxa, un poco no, bastante laxa, de lo que es la normativa y la institucionalidad de la OEA”⁵.

Vale lembrar que, em abril de 2017, Nicolás Maduro decidiu retirar a Venezuela da OEA acusando o seu secretário-geral e a própria organização de intervencionismo, tendo denunciado a Carta de Bogotá. Os efeitos da denúncia seriam completados ao cabo de dois anos, desde que o país estivesse com as contribuições em dia, o que não é o caso da Venezuela. Em fevereiro de 2019, Juan Guaidó solicitou ao secretário-geral a desconsideração da denúncia da Carta, tendo tido seu pedido acolhido, inclusive com o recebimento das credenciais do embaixador indicado por ele, Gustavo Tarre. Tudo isso acabou por minar ainda mais a posição da OEA como possível articuladora de uma solução representativa e legítima para a situação venezuelana.

Considerações finais

As dificuldades enfrentadas nos últimos anos pela OEA, Unasul e o Mercosul no caso da crise venezuelana evidenciam uma profunda fragmentação da arquitetura de governança regional, inexistindo qualquer coordenação maior entre elas. Por motivos variados, cada

uma dessas instâncias hemisféricas ou regionais perdeu espaço e legitimidade na busca por uma solução, abrindo o caminho para o aparecimento de mecanismos informais à margem das instituições tradicionais. As negociações na República Dominicana, o Grupo de Lima, o Grupo Internacional de Contato, o Mecanismo de Montevideu e, mais recentemente, a iniciativa patrocinada pela Noruega exemplificam a grande variedade de arranjos e práticas ad hoc, seja para pressionar e sancionar o governo de Maduro, seja para buscar estabelecer algum diálogo entre governo e oposição. As limitações dos espaços de governança regional no caso atual contrastam com a notável capacidade para mediar tensões e crises que existia no passado, seja em casos de instabilidades políticas e agravos contra a democracia (Paraguai em 1996, Venezuela em 2002, Bolívia em 2008, Equador em 2010 e Paraguai novamente em 2012), seja na mediação de guerras entre vizinhos, como no conflito entre Peru e Equador entre 1996 e 1998.

A fragilidade da arquitetura de governança regional e hemisférica também deixa a crise mais permeável à influência de atores extrarregionais, como a União Europeia, com sua retórica crítica ao governo de Maduro, mas também sua disposição em facilitar uma solução pacífica que passe pela realização de novas eleições, livres e justas, e também Rússia e China, que tem interesses econômicos e estratégicos na Venezuela e buscam contrabalançar a ação dos Estados Unidos de Donald Trump, que tem avançado nas sanções contra o governo de Caracas, além de afirmarem reiteradamente que “todas as opções estão sobre a mesa”.

É certo, contudo, que o futuro da Venezuela passa precipuamente pela postura dos atores domésticos, que não podem ser negligenciados ou alijados da busca por uma solução. As dificuldades de governo e oposição para se afirmarem domesticamente e o desgaste daí decorrente junto a seus respectivos grupos de apoio podem abrir caminho para a flexibilização e abandono de posições extremadas de cada lado, condição indispensável para a construção do diálogo (como ocorreu em 2004), única via capaz de estabilizar o país. Já ficou claro que bravatas e ações precipitadas e pouco embasadas na realidade frustram a sociedade do país, deslegitimam as lideranças e só servem para aumentar as perspectivas de um conflito aberto nas ruas, algo que não deveria interessar a ninguém, sobretudo àqueles que dizem se preocupar com o futuro

4 Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/01/onu-pede-dialogo-para-evitar-desastre-na-venezuela.shtml>>. Acesso em 25 de junho de 2019.

5 Disponível em <<https://www.france24.com/es/20190627-uruguay-retiro-oea-crisis-venezuela>>. Acesso em 25 de junho de 2019.



do povo venezuelano. Diante da falência das instituições regionais, é a diplomacia norueguesa que parece ter melhores condições de aproveitar alguma brecha para conseguir um aperto de mãos entre Maduro e Guaidó.

Referências

- ACHARYA, Amitav (2011). “Norm Subsidiarity and Regional Orders: Sovereignty, Regionalism, and Rulemaking in the Third World”. *International Studies Quarterly*, 55(1).
- ALFARO PAREJA, F (2018). Mecanismos alternativos de diálogo y negociación en el conflicto político de Venezuela (2002-2018). *Pensamiento Propio* 47.
- ANSELMINI, M. Post-populism in Latin America: On Venezuela after Chávez.
- BETTS, Alexander (2013). “Regime complexity and international organizations: UNHCR as a challenged institution”. *Global Governance: A Review of Multilateralism and International Organizations*, 19(1).
- LEGLER, T.; GARELLI-RÍOS, O (2018). La protección de la democracia ante la crisis venezolana: los límites del nexo hemisférico-regional de gobernanza en las Américas. *Pensamiento Propio* 47.
- MORSE, Julia C; KEOHANE, Robert O. (2014). “Contested multilateralism”. *The Review of international organizations*, 9(4).
- MOTTA VEIGA, P.; RÍOS, S (2007). O regionalismo pós-liberal na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas. CEPAL (Serie Comercio Internacional 82), Santiago de Chile, 2007.
- RIGGIROZI, P; TUSSIE, D (2012). The Rise of Post-Hegemonic Regionalism in Latin America. In: _____ RIGGIROZI, P; TUSSIE, D (eds). *The Rise of Post-Hegemonic Regionalism: The Case of Latin America*. Springer, 2012.



A “Luta Contra a Adversidade”: Aprovação dos Governos de Direita na América do Sul

Giovana Esther Zucatto
Pesquisadora OPISA

Talita Tanscheit
Pesquisadora Colaboradora OPISA

Introdução

Segundo a clássica definição do cientista político italiano Noberto Bobbio, o núcleo da distinção entre esquerda e direita diz respeito ao problema da desigualdade. Enquanto para a direita as desigualdades entre a maioria das pessoas seriam naturais, portanto, difíceis de serem erradicadas e fora do alcance do Estado, para a esquerda as desigualdades seriam artificiais, e para serem atenuadas necessitam do envolvimento ativo do Estado (Bobbio, 1995).

Estas diferentes perspectivas e atitudes em relação ao tema da desigualdade permearam a dinâmica social e política da América do Sul em torno da dimensão socioeconômica. Em um primeiro momento, nas décadas de 80 e 90, logo após o fim dos regimes ditatoriais e em que governos de direita eram maioria na região, prevaleceu um projeto de modernização conservadora marcado pela realização de reformas neoliberais. Durante este período, se por um lado a adoção de um modelo de Estado minimalista trouxe estabilização econômica, por outro lado a questão social foi escancarada. A resiliência de indicadores como os de desemprego, pobreza e indignância fez do continente latino-americano, onde a região está inserida, o mais desigual do mundo (Rovira-Kaltwasser, 2014).

Entretanto, para que a questão social e a desigualdade sejam tratadas enquanto um problema, não basta que elas existam, mas sim que sejam politizadas. Foi adotando esta estratégia que atores da sociedade civil e da sociedade política, atuando tanto internamente quanto em espaços de convergência regional como o Fórum Social Mundial e o Foro de São Paulo, denunciaram o caráter excludente do projeto de modernização conservadora. Desta forma foi construído um sentido comum em que o principal problema da América do Sul seria a questão social, sen-

do, portanto, necessária uma nova agenda de reformas focadas em mitigar o alto nível de desigualdade existente na região.

Esta politização colocou em xeque as ideias e o programa socioeconômico da direita outra vez exitoso (Roberts, 2014). Em um segundo momento, no final da década de 90 e no início dos anos 2000, governos de esquerda foram maioria na região. Focados em mitigar as desigualdades através de políticas de redistribuição de renda e de combate à pobreza, por exemplo, a ênfase no eixo socioeconômico e as bem-sucedidas experiências em políticas públicas tornaram o terreno difícil para a direita. Em uma região que vive sobre a insígnia da desigualdade, como ser eleitoralmente competitivo com um programa de corte neoliberal? Como politizar temas e ideias afins ao seu ideário? É esta a “luta contra a adversidade” da direita na América do Sul (Rovira-Kaltwasser, 2014).

Este cenário começou a ser modificado nos últimos quatro anos, em que candidaturas de direita ganharam eleições presidenciais com Mauricio Macri na Argentina (2015), Sebastián Piñera no Chile (2017), Iván Duque na Colômbia (2018) e Jair Bolsonaro no Brasil (2018). A este conjunto de líderes também faz parte Lenin Moreno, eleito em 2017 como sucessor de Rafael Correa, mas que rapidamente “girou à direita” e passou a estar regionalmente alinhado a este posicionamento político¹.

Estes novos governos foram bem-sucedidos eleitoralmente, em alguma medida, pela adoção de novas estratégias políticas por parte da direita, deslocando o debate da dimensão socioeconômica para a sociocultural. Discursos como a “ideologia de gênero” e “escola sem partidos” em diferentes campanhas eleitorais e a estigmatização de rivais de esquerda através da associação ao “Chavismo” venezuelano e ao “Castrismo” cubano, uma adaptação da velha propaganda anticomunista, tem ocupado boa parte do debate público na região.

Se esta nova ênfase foi aparentemente suficiente para a chegada destes governos ao poder, a sua continuidade pode estar em xeque. Afinal, a questão socioeconômica permanece essencial. Como governar e obter popularidade sem atacar a questão das desigualdades em um contexto de recessão econômica e de aumento do desemprego e da pobreza? Na

¹ Moreno tornou-se a principal oposição à Correa no Equador, adotando um programa neoliberal pelo qual não foi eleito, deslocando-se definitivamente à direita após a adesão ao Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul. Ver Zucatto, 2019.



próxima sessão serão analisados os níveis de aprovação de governos de direita na América do Sul e, como poderá ser visto, as notícias não são muito promissoras para estes mandatários.

Um Olhar Sobre a Aprovação de Governos de Direita

Argentina

Na Argentina, as taxas de aprovação de Macri vêm diminuindo desde o seu primeiro ano de mandato, cenário agravado com a intensificação da crise econômica que assolou o país em 2018. Se em 2016 Macri obteve cerca de 40% de aprovação, número similar ao obtido por Cristina Kirchner em seus últimos anos de governo, em 2018 este índice caiu para 23%, segundo dados do Latinobarômetro (2018). Neste mesmo sentido, no primeiro trimestre de 2019 a sua aprovação chegou ao seu ponto mais baixo, com 23,9%, enquanto a desaprovação subiu para 58,8%, segundo a agência Sinopsis (Valora Analitk, 2019).

Estes índices melhoraram levemente em maio de 2019, quando a sua aprovação foi de 26,2% e a desaprovação de 54% (Valora Analitk, 2019). É possível aventar que esta melhora esteja relacionada aos esforços de Macri em melhorar a situação econômica do país, que vivencia há pelo menos um ano a queda de seu Produto Interno Bruto (PIB) (Agência EFE, 2019). Atualmente, a sua principal política é o controle de preços. Em um ano eleitoral, os índices de aprovação do presidente parecem baixos para garantir a sua reeleição e estão distantes daqueles do início de seu mandato. Tendo o kirchnerismo como principal adversário político, um olhar nos números finais do governo de Cristina Kirchner deve estar no horizonte: de acordo com pesquisa da CELAG, enquanto a ex-presidenta terminou o seu mandato com 57,2% de aprovação e 41,4% de desaprovação, os números de Macri estão em 23,8% e 75,9%, em relação a maio deste ano².

Brasil

A eleição presidencial de 2018 no Brasil ocorreu sob o pano de fundo da operação Lava-Jato e expressou forte rejeição aos principais partidos políticos do país, destacadamente o Partido dos Trabalhadores, o Partido da

² É notável a discrepância das pesquisas na Argentina, realizadas por muitas agências diferentes. No entanto, todas convergem para o desempenho ruim de Macri, o que é ressaltado neste artigo.

Socialdemocracia Brasileira e o Movimento Democrático Brasileiro (Santos e Tanscheit, 2019). Bolsonaro foi eleito em um contexto propício para uma candidatura que se apresentou como outsider e sob a expectativa de superar a crise econômica e política que desde 2013 atravessa o país (Passarinho, 2018).

Entretanto, os seus primeiros seis meses de governo foram marcados por diversas crises internas e quatro ministros já foram substituídos (Revista Fórum, 2019). É possível afirmar que até o momento as expectativas dos eleitores de Bolsonaro não foram alcançadas e o presidente é o pior avaliado em início de mandato desde que estas pesquisas foram iniciadas pelo IBOPE. Nesta série, nos três primeiros meses de governo, Fernando Henrique Cardoso obteve 41% de avaliação “ótima ou boa”, Luís Inácio Lula da Silva 51% e Dilma Rousseff, 56%. Em março de 2019 Bolsonaro figurava com apenas 34% de aprovação (Borges, 2019).

Este panorama foi aprofundado nos meses seguintes. Segundo pesquisa IBOPE, em junho a aprovação do governo era de 32%, mesmo percentual da reprovação (Barbiéri, 2019). Sendo ainda cedo para afirmar, este declínio da avaliação de Bolsonaro pode ser resultado da continuidade da crise econômica brasileira – vide o crescimento das taxas de desemprego, por exemplo, de investigações sobre o envolvimento de membros de sua família em esquemas de corrupção, e das políticas de redução nos gastos públicos, especialmente na educação (Marreiro, 2019). Além disto, disputas internas e a incapacidade de articulação com o Legislativo também parecem enfraquecer o governo e dificultar a sua agenda de reformas. Cabe observar se nos próximos meses o presidente terá habilidade para reverter esse quadro ou se haverá um aprofundamento da crise, podendo, inclusive, culminar em um novo processo de impeachment.

Chile

Salvo um breve interregno entre novembro de 2018 e janeiro de 2019, a desaprovação de Piñera tem aumentado continuamente no Chile. Se na chamada “lua de mel” do início dos governos a taxa de aprovação do presidente chegou à 60%, esta vem diminuindo continuamente desde o terceiro mês de seu mandato. Desde março de 2019 a diferença entre reprovação e aprovação é superior a 10%, chegando ao seu nível mais alto em maio, quando a reprovação chegou a 59% e a aprovação caiu para 28%, uma diferença



de aproximadamente 30 pontos percentuais (Criteria, 2019).

É interessante observar que Piñera tem realizado o caminho contrário de sua antecessora, Michelle Bachelet. A ex-presidenta obteve índices de reprovação superiores aos de aprovação durante boa parte de seu último mandato, mas de uma forma decrescente. A título de comparação, em novembro de 2016 a aprovação de Bachelet era de 16%, e a reprovação, 79%; já em seu último mês de mandato, esses números eram de 37% e 53%, respectivamente (Criteria, 2019).

A contínua queda na aprovação de Piñera pode ter sido influenciada por três fatores. O principal ponto de inflexão está no assassinato do comunero mapuche Camilo Catrillanca pela polícia em novembro de 2018 e a má condução do governo em relação ao tema (Ester et al, 2019). Conjugado a isto tem-se o mal desempenho econômico no país, com o desemprego chegando à 7,1% em junho de 2019 (Diario Uchile, 2019), e algumas medidas impopulares de seu governo, como a aprovação de uma lei relacionada à energia que substituirá os atuais medidores por “dispositivos inteligentes”. Os medidores de consumo de eletricidade são de propriedade de cada cliente, e a mudança na tecnologia, que deverá custar aproximadamente um milhão de dólares, deverá ser assumida pelos próprios consumidores, mesmo sendo de propriedade da companhia (Ester et al, 2019).

Colômbia

Iván Duque passa por um processo semelhante na Colômbia. No início de seu mandato, em agosto de 2018, sua aprovação era de 40%, chegando a 47% em outubro de 2018, de acordo com dados da agência Gallup Poll (Semana, 2019). Ao mesmo tempo, sua desaprovação começou em 38% e foi a 41% no mesmo período. Em dezembro do mesmo ano, coincidindo com o anúncio de uma reforma fiscal que incidiria principalmente sobre as classes médias e baixas, este quadro já havia se transformado drasticamente: 29% de aprovação contra 64% de desaprovação. No início de 2019 estes índices apresentaram uma considerável melhora: a aprovação chegou a 42% e a desaprovação caiu para 48% (Ester et al, 2019). Alguns fatores ajudam a explicar essa reversão pontual: a reforma fiscal foi adiada; Duque foi consagrado como principal liderança regional de oposição a Nicolás Maduro na Venezuela; e o debate sobre a guerrilha retomou a agenda política do país, com a respon-

sabilização do Exército de Libertação Nacional pelo atentado contra uma escola policial em janeiro deste ano (Ester et al, 2019).

Contudo, ao longo de 2019 os índices de Iván Duque foram novamente diminuindo. Ainda de acordo com os dados da pesquisa supracitada, em maio a aprovação do governo caiu para 32% e a desaprovação subiu para 60%, números similares a dezembro de 2018. Sondagem da agência Yanhaas Poll demonstra que a desaprovação se estende para a equipe da presidência - em abril, 63% desaprovava a equipe de ministros de Duque (Aux, 2019). Paralelamente, a Colômbia atravessa um período de instabilidade econômica, especialmente refletida na alta do dólar, e de crescente polarização política, ganhando grande visibilidade os frequentes atentados a lideranças sociais (Aux, 2019).

Equador

Finalmente, no Equador, o presidente Lenin Moreno contava com 77% de aprovação nos seus primeiros três meses de mandato, em agosto de 2017 (El Mercurio, 2019). No entanto, desde então a sua desaprovação vem subindo, superando a sua aprovação em 10% em setembro de 2018, quando chegou a 51%. Dois anos após tomar posse, a administração de Moreno está em seu pior momento frente a opinião pública e a sua aprovação está na casa dos 25% (El Mercurio, 2019). Dados de uma pesquisa do centro estatístico Cedatos, de maio deste ano, apontam que as maiores preocupações dos equatorianos atualmente são os problemas econômicos, desemprego e subemprego, corrupção e má administração por parte do governo (El Mercurio, 2019). Ainda, levantamento feito pela agência Perfiles de Opinión indica que, em maio de 2019, 69% da população estava arrependida de seu voto em Moreno (El Mercurio, 2019).

Três dimensões da política equatoriana parecem estar conjugadas para definir essa queda vertiginosa de Lenin Moreno. Uma dimensão é produto da baixa capacidade de governabilidade que o presidente mostrou, enquanto sua liderança é questionada em sensações gerais de desgoverno intimamente ligadas à dimensão econômica do país e à ruptura de Moreno com seu mentor, o ex-presidente Rafael Correa. [...] Quanto à dimensão econômica, o país retornou aos braços do FMI e à tutela norte-americana na mão de Moreno, distanciando-se do programa



progressista para o qual foi eleito - o que prometia continuidade ao projeto da Revolução Cidadã - e definindo uma virada mais como executor do programa da direita equatoriana (Ester et al, 2019).

Nesse sentido, pesquisa realizada em março pelo CELAG demonstra que 61,3% dos equatorianos aprova o ex-presidente Rafael Correa e 39,2% votaria nele para a vice-presidência ou para a Assembleia Nacional, enquanto apenas 11% dos entrevistados sinalizou que votaria novamente em Moreno (Ester et al, 2019). Grosso modo, Moreno distanciou-se muito do projeto de governo pelo qual foi eleito, que era herdeiro da gestão de Rafael Correa, e adotado fortemente um conteúdo muito próximo a outros governos de direita da região. Esta virada tem dificultado tanto sua capacidade de governar, quanto deteriorado a própria aprovação de sua gestão.

O Futuro da Direita na América do Sul

Os dados apresentados na sessão anterior demonstram que o chamado “giro à direita” ocorreu em um cenário de alta credibilidade dos presidentes eleitos, que venceram as eleições presidenciais em seus países com folga da maioria³. Entretanto, no decorrer de seus governos este quadro começou a ser revertido, ainda que com exceções conjunturais. O caso mais evidente é o de Bolsonaro, que em apenas cinco meses de governo obtém índices de desaprovação superiores aos de aprovação.

As explicações para este cenário passam especialmente por questões estruturais, como pela continuidade da crise, marcada pelo baixo crescimento econômico e pelos elevados índices de desemprego que atingem estes países (Ester et al, 2019). A este cenário também são adicionadas questões internas destes países, como o conflito mapuche, no Chile, e o conflito armado, na Colômbia, em que o presidente Ivan Duque se coloca firmemente contrário ao acordo de paz. Ao não atacar nem as desigualdades socioeconômicas nem as socioculturais, a direita tem enfrentado dificuldades de angariar apoio popular.

Em 2019 vão ocorrer três eleições presidenciais na América do Sul: na Argentina, na Bolívia e no Uruguai. Com os dois últimos países ainda governados pela esquerda, a prova de fogo destes governos – e de suas pretendidas reeleições – será em outubro duran-

te as eleições argentinas. Ao que tudo indica, o desempenho de Macri será essencial para definir se o que há, atualmente, é um “giro à direita”, ou um equilíbrio de forças entre esquerda e direita na região. A luta contra a adversidade, no entanto, permanece. Caberá à direita, se quiser sobreviver, saber como lidar com ela.

Referências

Agência EFE. 2019. PIB da Argentina recua 5,8% no primeiro trimestre. G1. 19/06/2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/06/19/pib-da-argentina-recua-58-no-primeiro-trimestre.ghtml>> Acesso em 23/06/2019.

Aux, Juan José. 2019. Aprobación de Duque, de nuevo a la caída. El Colombiano. 05/04/2019. Disponível em: <<https://www.elcolombiano.com/colombia/politica/desapro-bacion-y-aprobacion-presidente-ivan-duque-marzo-2019-GM10496550>> Acesso em 22/06/2019.

Barbiéri, Luiz Felipe. 2019. Governo Jair Bolsonaro tem aprovação de 32% e reprovação de 32%, diz pesquisa IBOPE. G1. 27/06/2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/27/governo-jair-bolsonaro-tem-aprovacao-de-32percent-e-reprovacao-de-32percent-diz-pesquisa-ibope.ghtml>> Acesso em 30/06/2019.

Bobbio, Norberto. 1995. Derecha e izquierda. Razones y significados de una distinción política. Editorial Taurus.

Borges, Rodolfo. Aprovação de Bolsonaro cai 15 pontos e é a pior da série histórica do Ibope. El País. 21/06/2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/20/politica/1553116924_280114.html> Acesso em: 23/06/2019.

Criteria. 2019. Agenda Ciudadana. Criteria. Maio de 2019. Santiga, Chile. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/412553551/Agenda-Ciudadana-Criteria-Mayo#download&from_embed> Acesso em: 23/06/2019.

Diario Uchile. 2019. Desempleo en Chile registra una nueva alza y llega al 7,1%. Diario Uchile. 28/06/2019. Disponível em: <<https://radio.uchile.cl/2019/06/28/desempleo-en-chile-registra-una-nueva-alza-y-llega-al-71/>> Acesso em: 30/06/2019

El Mercurio. 2019. Lenín Moreno presenta su Informe a la Nación mientras sus índices de credibilidad y aprobación están en torno al 25%. El Mercurio. 24/05/2019. Disponível em:

³ Ver Conjuntura Latitudo Sul, edições de abril de 2017, novembro de 2017, junho de 2018, outubro de 2019.

< <https://ww2.elmercurio.com.ec/2019/05/24/lenin-moreno-presenta-su-informe-a-la-nacion-mientras-sus-indices-de-credibilidad-y-aprobacion-estan-en-torno-al-25/>> Acesso em 22/06/2019.

Ester, Bárbara et al. 2019. La (des)aprobación de la derecha en América Latina. Kaosenla red. 17/03/2019. Disponível em: <<https://kaosenlared.net/la-desaprobacion-de-la-derecha-en-america-latina/>> Acesso em 23/06/2019.

Latinobarómetro. 2018. Informe 2018. Santiago. URL: www.latinbarometro.org

Marreiro, Flávia. 2019. Desaprovação do Governo Bolsonaro supera aprovação pela primeira vez, mostra pesquisa Atlas Político. El País. 21/05/2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/21/politica/1558459667_020362.html> Acesso em: 23/06/2019.

Passarinho, Nathalia. 2018. O que prevê para o Brasil professor de Oxford que enxergou força política de Bolsonaro já em 2016. BBC Brasil. 02/11/2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46074179>> Acesso em 30/06/2019.

Revista Fórum. 2019. Na quarta troca de ministros, Bolsonaro substitui Floriano Peixoto na Secretaria-Geral da Presidência. Revista Fórum. 21/06/2019. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/na-quarta-troca-de-ministros-bolsonaro-substitui-floriano-peixoto-na-secretaria-geral-da-presidencia/>> Acesso em 30/06/2019.

Roberts, Kenneth. 2015. Changing course in Latin America: party systems in the neoliberal era. Cambridge: University Press.

Rovira-Kaltwasser, Cristóbal. 2014. La derecha en América Latina y su lucha contra la adversidad. Nueva Sociedad, n. 254, novembro-dezembro, pp. 34-45.

Semana. 2019. Encuesta: baja la aprobación de Duque al 32% y crece el pesimismo. Semana. 17/05/2019. Disponível em: <<https://www.semana.com/nacion/articulo/encuesta-gallup-poll-baja-la-aprobacion-de-duque-en-mayo/615549>> Acesso em 23/06/2019.

Valora Analitik. 2019. La aprobación del presidente argentino Mauricio Macri aumenta a 26.2%. Valora Analitik. 08/05/2019. Disponível em: <<https://www.valoraanalitik.com/2019/05/08/la-aprobacion-del-presidente-argentino-mauricio-macri-aumenta-a-26-2/>> Acesso em 30/06/2019.



O fim do asilo de Julian Assange

Diogo Ives
Pesquisador OPSA

Introdução

Em 11 de abril de 2019, o presidente do Equador, Lenín Moreno, anunciou a revogação do asilo diplomático de Julian Assange, jornalista que estava abrigado na embaixada do país no Reino Unido havia seis anos. A decisão de Moreno ganhou ampla repercussão mundial devido à fama conquistada por Assange desde 2006, quando seu site, WikiLeaks, começou a divulgar milhares de documentos secretos que revelavam violações de direitos humanos praticadas por autoridades públicas de diversos países.

Considerando-se que a atividade de Assange afetava interesses sensíveis de outros Estados, deve-se compreender a medida de Moreno como uma ação de política externa. Tão logo foi retirada a proteção ao jornalista, autoridades britânicas o prenderam, pondo fim ao gerenciamento do WikiLeaks que ainda fazia na embaixada. O objetivo deste artigo é explicar os motivos que levaram o presidente equatoriano a tomar esta decisão, assim como apontar as variáveis internacionais e domésticas que a condicionaram.

A concessão do asilo em 2012

Apesar de ter sido lançado em 2006, o WikiLeaks ganhou popularidade apenas em 2010, quando divulgou um vídeo, intitulado “Collateral murder”, que mostrava militares dos Estados Unidos matando civis na Guerra do Iraque. Após alguns meses, o site publicou um conjunto de relatórios estadunidenses, denominado “Afghan war diary”, que identificava o mesmo tipo de prática sendo feita na Guerra do Afeganistão. Ainda no mesmo ano, começou a divulgar correspondências trocadas entre diplomatas dos Estados Unidos ao redor do mundo, desde a década de 1960 até aquela data, revelando bastidores delicados da política externa do país acerca de diferentes temas.

Em 19 de junho de 2012, Assange, que morava em Londres, entrou na embaixada do Equador na cidade para solicitar asilo. Argumentava que o governo britânico queria prendê-lo por meio de acusações falsas sobre crimes sexuais que teria supostamente cometido em 2010. Na sua visão, a tentativa de prisão teria resultado de uma pressão por parte

do governo dos Estados Unidos – envolvido em plena campanha de reeleição de Barack Obama – para que fosse extraditado, julgado e punido pelos vazamentos do WikiLeaks.

O asilo foi concedido pelo presidente equatoriano à época, Rafael Correa, com base na avaliação de que o temor de Assange era justificado e de que a perseguição política poderia levar à sua execução por pena de morte, nos Estados Unidos. Por sua vez, o governo britânico, então chefiado por David Cameron, negou-se a dar um salvo-conduto para que Assange saísse da embaixada e deixasse o Reino Unido rumo ao Equador. Estava criado o impasse em torno da liberdade do jornalista, negociada bilateralmente nos anos seguintes, sem alcançar sucesso.

O início dos atritos em 2017

Quando Lenín Moreno venceu a eleição presidencial, em abril de 2017, Assange usou sua conta no Twitter para enviar felicitações a ele, ao seu futuro vice-presidente, Jorge Glass, ao presidente de saída, Rafael Correa, e aos ministros de então da Defesa, Ricardo Patiño, e das Relações Exteriores, Guillaume Long (TELESUR, 2017). Com exceção de Long, os demais indivíduos faziam parte do principal círculo decisório do Equador quando foi deferido o asilo a Assange, em agosto de 2012. Moreno era, à época, vice-presidente do país.

A vitória de Moreno foi um alívio para Assange após meses de uma corrida eleitoral apertada. Concorrendo pela oposição, Guillermo Lasso, banqueiro de orientação neoliberal, a favor de uma política externa alinhada aos Estados Unidos, prometia que, se eleito, pediria que o jornalista deixasse a embaixada em até 30 dias. Já Moreno havia declarado em uma entrevista à imprensa britânica, durante a campanha, que, caso ganhasse, Assange permaneceria bem-vindo na embaixada, mas que “sempre lhe seria pedido para mostrar respeito a países amigos e irmãos nas suas declarações” (ADDLEY ET AL., 2017, s.p.).

A declaração de Moreno pareceu, a princípio, cautela diplomática motivada por um episódio que havia ocorrido em outubro de 2016. Em meio à eleição presidencial dos Estados Unidos que opunha Donald Trump e Hillary Clinton, o WikiLeaks publicou e-mails pessoais de Clinton, que, por sua vez, interpretou a ação como um conluio entre o site e a Rússia para minar sua imagem e favorecer Trump. O governo Correa decidiu então cortar o acesso de Assange à internet na embaixada como



forma de sinalizar que não estava por trás do vazamento. Após a eleição dar a vitória a Trump, a acusação de que hackers haviam interferido no processo seria mantida pelo Partido Democrata de Clinton e receberia inclusive o apoio de membros da administração seguinte. Em declaração de abril de 2017 à imprensa, Jeff Sessions, advogado-geral do governo Trump, afirmou que a prisão de Assange era uma prioridade e que aumentaria os esforços para implementá-la (PEREZ ET AL., 2017).

Durante a campanha eleitoral equatoriana, Moreno indicava que seria resistente a pressões dos Estados Unidos. Concorrendo com uma agenda externa de continuidade à implementada por Correa – contestação da hegemonia estadunidense e apoio a iniciativas de integração regional autônomas a Washington, como ALBA, UNASUL e CELAC –, o então candidato não dava sinais de que promoveria uma alteração substancial na lista de “países amigos e irmãos do Equador”.

No entanto, à medida que o governo avançou nas suas primeiras semanas, foi ficando claro que o novo presidente mudaria de orientação internacional. O crescimento da oposição na Assembleia Legislativa nacional após a eleição, somado a um agravamento na crise da Venezuela e à ascensão de governos neoliberais e alinhados aos Estados Unidos na Argentina e no Brasil, nos anos anteriores, sinalizavam que a política externa que havia predominado na era Correa não poderia ser mantida na sua integralidade. Todavia, a intensidade da alteração de rumo decidida por Moreno foi surpreendente.

Assumindo um discurso inédito de que o país estava em crise econômica devido à má gestão do antecessor, Moreno afastou-se dos correligionários da Alianza PAIS e passou a trabalhar por uma aproximação com partidos da direita doméstica e com os Estados Unidos. Sua intenção era tanto aumentar sua popularidade no país após uma vitória apertada (51% dos votos em segundo turno), quanto conquistar credibilidade perante investidores e credores estrangeiros¹.

Contaminado pela nova política em relação aos Estados Unidos, o relacionamento entre Moreno e Assange se mostrou tenso desde o primeiro mês de governo. Após Assange propor a Lasso, em tom de retaliação, que deixasse o Equador em até 30 dias depois da derrota, Moreno afirmou que sua condição

de asilado não lhe permitia comentar sobre a política equatoriana e passou a se referir a ele como um hacker – tratamento bastante diferente ao dado por Correa, que o classificava como um ativista da liberdade de informação. Assange prontamente contra-atacou e avisou que o WikiLeaks seria vigilante sobre suspeitas de corrupção relacionadas ao novo governo. Já no mês seguinte, em junho de 2017, Moreno anunciou que Equador e Reino Unido haviam retomado negociações sobre o caso Assange.

Ações e reações em 2018

Uma primeira tentativa de dar liberdade a Assange ocorreu em janeiro de 2018, semanas após Moreno repreendê-lo por ter apoiado, pelo Twitter, manifestações separatistas na Catalunha contra o governo da Espanha. A então chanceler do Equador, María Fernanda Espinosa – filiada à Alianza PAIS e ocupante do mesmo posto no início do governo Correa, em 2007 – anunciou que havia concedido naturalização ao jornalista após um pedido ter sido supostamente apresentado por ele em setembro de 2017. Com base nesse status, Espinosa solicitou ao Reino Unido que o credenciasse como agente diplomático equatoriano, o que lhe daria imunidade diplomática e condições de sair da embaixada sem ser preso. Todavia, o governo britânico, então liderado por Theresa May, negou o pedido e reiterou que Assange deveria comparecer à Justiça britânica.

Pouco tempo depois, em março de 2018, ocorreu um novo atrito após Assange criticar o governo May por ter expulsado diplomatas russos, acusados de serem espiões no Reino Unido. O governo equatoriano desta vez decidiu não apenas cortar seu acesso à internet, como também o proibiu de receber visitas. Depois que tal censura completou 40 dias, o WikiLeaks passou a acusar o Equador de violar o direito à liberdade de imprensa e de estar submetido a pressões dos Estados Unidos.

A partir de junho de 2018, Moreno elevou o tom e passou a afirmar que a solução ideal para Assange era assumir sua pena no Reino Unido. Para o lugar de Espinosa, nomeou como chanceler José Valencia, diplomata de carreira. Segundo Valencia, Assange teria duas opções: sair da embaixada e comparecer à Justiça britânica, ou permanecer na embaixada sob as restrições impostas (EFE, 2018). Advogados de Assange declararam à imprensa que não haviam sido dadas garantias de que o jornalista não seria extraditado no pri-

1 Ver IVES, D. Anti-Correa e pró-EUA: o primeiro ano de governo de Lenín Moreno no Equador. Boletim OPSA, v. 1, p. 6-11, 2018.



meiro caso e, por esse motivo, ele não deixaria a representação diplomática (HARRIET, 2018).

As ações foram acompanhadas por avanços na intenção de Moreno de se aproximar dos Estados Unidos naquele ano. O mandatário passou a receber visitas recorrentes de altas autoridades dos Estados Unidos – inclusive do vice-presidente, Mike Pence –; retomou exercícios militares conjuntos; anunciou o compartilhamento de informações com o Comando Militar do Sul (SOUTHCOM); não reconheceu a eleição na Venezuela que deu um segundo mandato a Nicolás Maduro; e retirou o Equador da ALBA.

No campo doméstico, críticas de Moreno cada vez mais fortes ao governo Correa levaram à revogação de leis de regulação econômica e participação política que tinham sido aprovadas por seu antecessor, gerando uma crise na Alianza PAIS e a saída do grupo mais alinhado ao ex-presidente. Entretanto, a intenção de Moreno de aumentar sua popularidade foi contrariada por pesquisas de opinião, que registraram quedas contínuas na sua aprovação: de 77% em agosto de 2017, chegou a 32% em dezembro de 2018 (AGN, 2018).

A revogação do asilo em 2019

A situação de Assange se tornou insustentável após a origem de uma denúncia de corrupção contra Moreno ter sido creditada ao WikiLeaks. Em março de 2019, a imprensa equatoriana reportou que uma empresa offshore, criada pelo irmão do presidente, Edwin Moreno, havia comprado um imóvel e peças de mobília na Europa usando dinheiro oriundo de uma conta bancária de titularidade desconhecida no Panamá. Paralelamente, fotos pessoais do próprio presidente, extraídas do seu celular, vazaram na internet. Além de declarar que não tinha conhecimento da existência da empresa e da conta, Moreno acusou o WikiLeaks de disseminar informações falsas e de atuar em parceria com o ex-presidente Correa para desestabilizar seu governo.

No mês seguinte, ocorreu a revogação do asilo de Assange. Como justificativa, Moreno declarou que se tratava de um indivíduo hostil, que violava o princípio da não-interferência em assuntos domésticos de outros Estados e que havia tentado usar a embaixada como um centro de espionagem (WINTOUR, 2019). Por sua vez, a chancelaria equatoriana emitiu um comunicado em que acrescentava:

“ao emitir informações falsas, o asilado e seus associados expressaram ingratidão e desrespeito ao Equador” (BLL, 2019, s.p.).

Em audiência na Assembleia Legislativa equatoriana, o chanceler Valencia afirmou que o governo não havia sofrido pressão de qualquer Estado para tomar a decisão e que havia obtido garantias do Reino Unido de que o jornalista não seria extraditado para um país com pena de morte prevista em legislação. Também informou que a sua naturalização havia sido suspensa devido a supostas irregularidades burocráticas no processo de aquisição da mesma (EL TELÉGRAFO, 2019).

No mesmo dia em que o asilo foi suspenso, o embaixador equatoriano no Reino Unido, Carlos Antonio Abad Ortiz, permitiu que a polícia britânica entrasse na embaixada e prendesse Assange. Nas semanas seguintes, o governo dos Estados Unidos pediu a extradição do jornalista – que não foi confirmada até o presente momento –, ao passo que o governo do Equador declarou que entregaria a Washington os documentos que haviam sido deixados por Assange na embaixada.

Já o embaixador estadunidense no Equador desde o início do governo Moreno, Todd Chapman, que deixaria o posto em junho, pronunciou-se nos seguintes termos sobre o caso à imprensa equatoriana:

Houve uma evolução na política do governo do presidente Moreno, tanto neste tema como em muitos outros. [...] Nossa relação já estava crescendo antes da decisão de encerrar o asilo. [...] Tive várias conversas ao longo dos anos sobre esse assunto, mas, no final, foi uma decisão soberana do governo do Equador por interesses próprios. [...] Assange foi parte da discussão, mas apenas um dos 20 a 30 temas que trabalhamos na agenda [bilateral]. [...] Também temos interesse na luta contra o narcotráfico, em ampliar o comércio, em ter mais voos diretos (HGV, 2019, s.p.).

Nos meses que antecederam a decisão de Moreno, a relação com os Estados Unidos havia se aprofundado. Em fevereiro, o governo equatoriano assinou um acordo de empréstimo com o Fundo Monetário Internacional no valor de US\$ 4,2 bilhões a serem repassados ao longo de três anos. No mês seguinte, Moreno retirou o Equador da UNASUL – com



o argumento de que ideologias equivocadas a tinham paralisado – e colocou o país como membro fundador do PROSUL – articulação que se propõe a defender valores liberais na América do Sul. Internamente, a aprovação popular do presidente continuou caindo e atingiu 26% em maio (ARO, 2019).

Considerações finais

Assim como a concessão de asilo a Assange foi um símbolo da política externa anti-hegemônica do governo Correa, a sua revogação é parte da política externa subordinada ante os Estados Unidos que o governo Moreno assumiu. O esgotamento da Maré Rosa na América Latina é um fenômeno sistêmico que diferencia substancialmente as possibilidades de inserção internacional do Equador no atual governo com relação ao anterior. Entretanto, coube ao poder de agência do atual presidente escolher o rumo a ser seguido na nova conjuntura. Sua decisão de reduzir um ator político com capacidade de influência global no longo prazo, como Assange, a um instrumento de negociação com apenas um país para obter benefícios de curto prazo, nos campos da economia e da defesa, revela uma grande disposição em mostrar lealdade a Washington. A queda vertiginosa da popularidade de Moreno com apenas metade do mandato cumprido transforma essa relação em dependência acentuada, o que tem por efeito que inimigos dos Estados Unidos sejam tratados como inimigos do Equador. No mesmo dia em que foi anunciada a retirada do asilo concedido a Assange, a polícia equatoriana prendeu, sem apresentar queixas formais, Ola Bini, amigo sueco do jornalista, programador de informática e radicado em Quito desde 2012. Em maio, um grupo de trabalho da ONU sobre detenção arbitrária solicitou que o governo equatoriano se manifestasse sobre o caso (ARO, 2019). Dias depois, a ministra do Interior, María Paula Romo, informou ao Ministério Público que a prisão havia sido feita em caráter preventivo por receio de que ataques virtuais contra o Estado fossem realizados por Bini devido ao fim do asilo de Assange. Após 70 dias, Bini foi solto por meio de um habeas corpus, alegou que não tinha sido interrogado nenhuma vez enquanto esteve na prisão e classificou sua detenção como perseguição política (HGV, 2019). O caso sugere que a maior submissão do governo Moreno às autoridades estadunidenses pode afetar, além da inserção internacional do Equador, o funcionamento da sua democracia.

Referências

- ADDLEY, Esther et al. Julian Assange waits for Ecuador's election to decide his future. *The Guardian*. Publicado em 31/03/2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/media/2017/mar/31/julian-assange-waits-for-ecuadors-election-to-decide-his-future>. Acesso em 22/06/2019.
- AGN. Ecuatorianos descontentos con medidas económicas reducen el apoyo a Moreno. Publicado em 28/12/2018. Disponível em: <https://ww2.elmercurio.com.ec/2018/12/28/ecuatorianos-descontentos-con-medidas-economicas-reducen-el-apoyo-a-moreno/>. Acesso em 22/06/2019.
- _____. Lenín Moreno presenta su Informe a la Nación mientras sus índices de credibilidad y aprobación están en torno al 25%. Publicado em 24/05/2019. Disponível em: <https://ww2.elmercurio.com.ec/2019/05/24/lenin-moreno-presenta-su-informe-a-la-nacion-mientras-sus-indices-de-credibilidad-y-aprobacion-estan-en-torno-al-25/>. Acesso em 22/06/2019.
- ARO. Fiscalía convoca a Lenín Moreno para que rinda versión en el caso Ola Bini. *El Mercurio*. Publicado em 07/06/2019. Disponível em <https://ww2.elmercurio.com.ec/2019/06/07/fiscalia-convoca-a-lenin-moreno-para-que-rinda-version-en-el-caso-ola-bini/>. Acesso em 22/06/2019.
- BLL. Ecuador vuelve a advertir a Assange: nadie está “por encima de la ley”. *El Mercurio*. Publicado em 06/04/2019. Disponível em: <https://ww2.elmercurio.com.ec/2019/04/06/ecuador-vuelve-a-advertir-a-assange-nadie-esta-por-encima-de-la-ley/>. Acesso em 22/06/2019.
- EFE. Canciller dice que cambio de embajador no guarda relación con caso Assange. *El Telégrafo*. Publicado em 23/11/2018. Disponível em: <https://www.eltelegrafo.com.ec/noticias/politica/3/canciller-embajador-assange-londres>. Acesso em 22/06/2019.
- EL TELÉGRAFO. Canciller expone en el Pleno los 9 motivos por los que se retiró el asilo. *El Telégrafo*. Publicado em 11/04/2019. Disponível em: <https://www.eltelegrafo.com.ec/noticias/politica/3/canciller-valencia-asamblea-motivos-retiro-asilo-assange>. Acesso em 22/06/2019.
- HARRIET, Alexander. Julian Assange rejects UK-Ecuador deal to leave embassy. Publicado em 06/12/2018. Disponível em: <https://www.telegraph.co.uk/news/2018/12/06/julian-assange-rejects-uk-ecuador-deal-leave-embassy/>. Acesso em 22/06/2019.
- HGV. Ecuador terminó asilo a Assange por propios intereses, dice embajador de EEUU. *El Mercurio*. Publicado em 07/06/2019. Disponível em <https://ww2.elmercurio.com.ec/2019/06/07/ecuador-termino-asilo-a-assange-por-propios-intereses-dice-embajador-de>



[-eeuu/](#). Acesso em 22/06/2019.

_____. Assange tiene miedo de ser extraditado a EE.UU., dice informático sueco Bini. El Mercurio. Publicado em 22/06/2019. Disponível em <https://ww2.elmercurio.com.ec/2019/06/22/assange-tiene-miedo-de-ser-extraditado-a-ee-uu-dice-informatico-sueco-bini/>. Acesso em 26/06/2019.

PEREZ, Evan et al. Sources: US prepares charges to seek arrest of WikiLeaks' Julian Assange. CNN. Publicado em 21/04/2017. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2017/04/20/politics/julian-assange-wikileaks-us-charges/index.html>. Acesso em 22/06/2019.

TELESUR. Assange Congratulates Ecuador's Lenin, Taunts Defeated Banker. TeleSur. Publicado em 02/04/2017. Disponível em: <https://www.telesurenglish.net/news/Assange-Congratulates-Ecuadors-Lenin-Taunts-Defeated-Banker--20170402-0039.html>. Acesso em 22/06/2019.

WINTOUR, Patrick. Assange tried to use embassy as 'centre for spying', says Ecuador's Moreno. The Guardian. Publicado em 14/04/2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/media/2019/apr/14/assange-tried-to-use-embassy-as-centre-for-spying-says-ecuadors-moreno>. Acesso em 22/06/2019.

NOBRE, M. O Caos como Método. Abril/2019, *Revista Piauí*. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-caos-como-metodo/> (acesso em 15 de maio de 2019)

